

Azzi, R. G. e GIANFALDONI, M. H. T. A. (orgs.) Psicologia e Educação. S. Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

Capítulo 1

Texto 2

Psicologia e Educação no Brasil: uma análise histórica

Mitsuko Aparecida Makino Antunes

Considerações preliminares

Articulações estreitas entre a filosofia, a preocupação com os fenômenos psicológicos, a educação e a pedagogia são encontradas na história do pensamento e das práticas humanas desde a Antiguidade.

Sem desconsiderar o pensamento desenvolvido pelas diferentes civilizações, pode-se tomar a filosofia grega como uma das mais ricas fontes de estudo; nela, a teoria do conhecimento, os saberes psicológicos e as proposições educacionais para a juventude encontram-se intimamente articuladas.

As várias escolas filosóficas têm concepções diversas sobre o conhecimento, de como ele se processa e do método para produzi-lo, o que implica buscar explicações de ordem psicológica, assim como estas devem dar a base sobre a qual se deve sustentar a formação dos discípulos, iniciantes dessa prática intelectual.

Para ilustrar essa afirmação, podem ser citados os sofistas, dentre os quais Protágoras (para quem a educação deveria ser fator de correção das tendências naturais) e Górgias (que afirma que o conhecimento implica aprendizagem, que esta necessita de aquisição anterior e é obtida no plano pessoal). Pitágoras, filósofo pré-socrático, relaciona o conhecimento a suas formulações sobre a alma; para ele, a educação deve ser gradual e diversificada, e o método

pedagógico deve considerar a aptidão do aluno. O conhecimento, a concepção de alma e a pedagogia estão articulados nas ideias de Sócrates, sobretudo pela maiêutica, que é fundamentalmente autoconhecimento. Para Platão, com base na razão e por meio da reminiscência, o ser humano chegaria ao mundo das ideias, lugar da verdade. Aristóteles estabelece a indução como o principal meio de se chegar ao conhecimento e estabelece uma lógica que deve reger tal processo.

O pensamento medieval é também uma rica fonte de estudos para se compreender as relações entre filosofia e teologia, educação e pedagogia e saberes psicológicos. A patrística, a qual tem Agostinho entre seus representantes, considera o homem como um ser em conflito e inquietude, devendo a educação propiciar as condições para se chegar à revelação divina. A escolástica afirma a base psicológica do ensino, considerando que o educando tem potencialmente o saber, mas que é necessária a ajuda do mestre.

A Idade Moderna, pela efervescência de ideias e pela amplitude de suas proposições filosóficas, aumentou significativamente o espectro de análise das relações entre teoria do conhecimento, fenômeno psicológico e educação, proporcionando um relevante campo estudos, o qual estende para a contemporaneidade suas determinações e nela ainda se faz presente. O racionalismo, o empirismo e o associacionismo, entre outras escolas filosóficas, constituíram-se em bases importantes para a compreensão do fenômeno psicológico que, por sua vez, determinaram maneiras de se conceber a educação e o processo pedagógico. Para Locke, representante do pensamento empirista, por exemplo, não há ideias inatas, sendo a mente entendida como um papel em branco, do que decorre que o conhecimento se dá pela experiência, formulação esta que teve forte impacto sobre os saberes psicológicos e implicações para a Educação e a Pedagogia. Muitos foram os autores modernos que, a partir da Filosofia, deram as bases para o desenvolvimento da Psicologia como ciência autônoma.

Pode-se dizer que a relação entre Psicologia e Educação, sobretudo em suas mediações com as teorias de conhecimento, faz parte da própria história do pensamento humano e constitui-se como complexo e extenso campo de estudo. Entretanto, embora reconheça essa ampla base de estudos, este texto trata mais especificamente das relações entre Psicologia e Educação no Brasil.

Para uma história das relações entre Psicologia e Educação: pressupostos

A compreensão histórica das relações entre Psicologia e Educação no Brasil exige o esclarecimento de alguns pontos: as denominações e a natureza dessas relações.

Psicologia Educacional, Psicologia da Educação, Psicologia na Educação, Psicologia Escolar, Psicologia do Escolar, entre outras, são expressões utilizadas para expressar a área de conhecimento que se ocupa das relações entre Psicologia e Educação. Ainda que sejam utilizadas às vezes indistintamente, há implicações teóricas e históricas que subjazem à opção por uma ou outra denominação (Barbosa, 2011). Neste texto, serão utilizadas as expressões Psicologia Educacional e Psicologia Escolar. Pode-se entender, *grosso modo*, a Psicologia Educacional como um dos fundamentos científicos da Educação e da prática pedagógica e a Psicologia Escolar como modalidade de atuação profissional que tem no processo de escolarização seu campo de ação, com foco nas relações que se estabelecem na escola e em seus correlatos.

A Psicologia Educacional pode ser considerada como uma sub-área da Psicologia, entendida esta última como área de conhecimento. A área de conhecimento pode ser entendida como *corpus* sistemático e organizado de saberes Faz-se necessário, porém, considerar a diversidade de concepções, abordagens e sistemas teóricos que compõem o conhecimento, particularmente no âmbito das ciências humanas, das quais a Psicologia faz parte. Assim, a Psicologia da Educação pode ser entendida como sub-área de conhecimento, que tem como vocação a produção de saberes relativos ao fenômeno psicológico constituinte do processo educativo.

A Psicologia Escolar, diferentemente, define-se pelo âmbito profissional e refere-se a um campo de ação determinado, isto é, o processo de escolarização, tendo por objeto a escola (e seus similares) e as relações que aí se

estabelecem; fundamenta sua atuação nos conhecimentos produzidos pela Psicologia da Educação, por outras sub-áreas da Psicologia e por outras áreas de conhecimento. (Antunes, 2008, p. 470)

Deve-se sublinhar que Psicologia Educacional e Psicologia Escolar, tendo foco e espectros diferenciados, não podem ser reduzidas uma à outra, mas estão intrinsecamente relacionadas.

Para dar sequência a essa discussão, faz-se necessário caracterizar outras expressões correntes no âmbito das relações entre Psicologia e Educação, destacando que também estas comportam interpretações diversas. Neste texto, adotam-se as concepções abaixo:

Entendemos Educação como prática social humanizadora, intencional, cuja finalidade é transmitir a cultura construída historicamente pela humanidade. O homem não nasce humanizado, mas torna-se humano por seu pertencimento ao mundo histórico-social e pela incorporação desse mundo em si mesmo, processo este para o qual concorre a educação. A historicidade e a sociabilidade são constitutivas do ser humano; a Educação é, nesse processo, determinada e determinante:

A escola pode ser considerada como uma instituição gerada pelas necessidades produzidas por sociedades que, por sua complexidade crescente, demandavam formação específica de seus membros. A escola adotou ao longo da história diversas formas, em função das necessidades a que teria que responder, tendo sido, em geral, destinada a uma parcela privilegiada da população, a quem caberia desempenhar funções específicas, articuladas aos interesses dominantes de uma dada sociedade. Essa realidade deve ser, no entanto, compreendida também a partir de suas contradições, sobretudo a concepção de escola como instância que se coloca

hoje como uma das condições fundamentais para a democratização e o estabelecimento da plena cidadania a todos, e que, embora não seja o único, é certamente um dos fatores necessários e contingentes para a construção de uma sociedade igualitária e justa. Sob essa perspectiva, a escola, tal como nós a concebemos, tem como finalidade promover a universalização do acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade, criando condições para a aprendizagem e para o desenvolvimento de todos os membros da sociedade.

A Pedagogia pode ser entendida como fundamentação, sistematização e organização da prática educativa. A preocupação pedagógica atravessa a história, sustentando-se em diferentes concepções filosóficas, constituindo-se sob diversas bases teóricas e estabelecendo várias proposições para a ação educativa. Com o desenvolvimento das ciências a partir da modernidade, o conhecimento científico tornou-se sua principal base de sustentação. (Antunes, 2008, pp. 469-470)

Relações entre Psicologia e Educação no Brasil

Para expor brevemente as relações entre Psicologia e Educação no Brasil, propõe-se, para fins didáticos, uma periodização, que busca aglutinar elementos que compõem um todo coerente a partir das características que se apresentam em diferentes momentos históricos. Será apresentada¹ a história dos saberes psicológicos (formulações sobre o psiquismo anteriores ao reconhecimento da Psicologia como ciência autônoma) e da Psicologia no Brasil, a partir dos seguintes períodos: 1. Pré-institucional (Período Colonial); 2. Institucional (século XIX); 3. Autonomização (1890-1930); 4. Consolidação (1930-1962); e 5. Profissionalização (1962 em diante). Entretanto, considerando as transformações da Psicologia como ciência e profissão nos últimos anos, pode-se

¹ A exposição a seguir baseia-se nas pesquisas expostas nos textos de Antunes (2004) e Meira e Antunes (2003).

dizer que o momento atual constitui-se num novo período histórico, o qual se caracteriza pela amplitude de suas ações e pelo compromisso social.

Saberes psicológicos e Educação no Período Colonial:
breves considerações

Os saberes psicológicos produzidos no Período Colonial permaneceram por longo tempo praticamente desconhecidos. Mas, com os estudos de Marina Massimi, esse período tem sido ampla e sistematicamente conhecido; as produções psicológicas descritas a seguir baseiam-se em suas pesquisas.

Obras do Período Colonial trataram da educação articulada ao fenômeno psicológico, abordando temas como aprendizagem, desenvolvimento psicológico, motivação, jogos infantis, controle do comportamento, prêmios e castigos, personalidade, educação feminina e educação indígena.

Alguns autores, como Alexandre de Gusmão e Mathias Aires, entre outros, consideravam que a personalidade era mutável, devendo a educação transformar as tendências inatas, reconhecendo o papel do ambiente: "... um aspecto muito importante a ser salientado é o pressuposto ambientalista com relação à personalidade infantil e a confiança absoluta no poder da educação como fator de determinação do comportamento" (Massimi, 1984, p. 10).

Prêmios e castigos como formas de controle do comportamento foram assuntos recorrentes, seja para defendê-los, criticá-los ou instar a moderação. Manoel de Andrade Figueiredo considerava que o castigo poderia afetar a personalidade da criança. Americus defendia que, ao educador, caberia evitar a ocorrência de comportamentos que pudessem vir a ser punidos.

O empirismo foi uma das bases para o entendimento da aprendizagem, concebida como produto da experiência. Também foram estudados os ritmos de aprendizagem. Manoel de Andrade Figueiredo tratou da *educação dos meninos rudes* (possivelmente hoje as crianças com *problemas no processo de escolarização*² ou as denominadas crianças com *deficiência intelectual*); para ele, essas crianças deveriam ser tratadas com prudência e sem punições, para que

² Prefere-se a expressão dificuldades no processo de escolarização e não dificuldades de aprendizagem, pois aquela diz respeito às condições de ensino-aprendizagem, e esta a características que seriam inerentes à própria criança.

suas capacidades fossem apuradas. Foi também discutida a relação entre aprendizagem e faixas etárias. Outro tema identificado por Massimi (1984) foi a educação da criança na família.

O desenvolvimento infantil foi abordado sob vários aspectos: sensorial, motor e intelectual. O papel do jogo no desenvolvimento da criança foi também discutido nesse período; destaques devem ser dados a Azeredo Coutinho, para quem o jogo revelava a personalidade da criança, e a Fernão Cardim, que estudou a brincadeira em crianças indígenas.

Os estudos de Massimi mostram que a educação da criança foi objeto de estudo no Período Colonial, explicitando o estabelecimento de relações entre saberes psicológicos e práticas educativas. Muitos assuntos então tratados permaneceram como objetos de estudo em períodos posteriores, e alguns permanecem até hoje. Os estudos da autora demonstram que a articulação entre Psicologia e Educação no Brasil é mais antiga do que se aceitava até então.

A educação feminina também foi tematizada no Brasil Colônia. Encontram-se, em várias obras, estudos sobre os costumes indígenas, abordando as relações de gênero e a comparação com a sociedade portuguesa, na qual a mulher era considerada inferior, por sua *inconstância* e *variedade* (Massimi, 1984), justificando a inexistência da instrução feminina. Massimi cita autores que defendiam a educação feminina, como Feliciano de Sousa Nunes, que negava a ideia de inferioridade mental da mulher, ou Azeredo Coutinho, que escreveu os *Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória*, que deveria ser uma escola feminina, mas que não chegou a se concretizar.

As obras estudadas por Massimi eram impressas em Portugal, pois era proibida a impressão de textos na colônia. Foram escritas por membros das camadas dominantes, sob as condições de exploração da colônia pela metrópole, sendo que seus interesses revelavam-se, por exemplo, na questão sobre a aculturação de indígenas, o controle do comportamento da criança para a formação "moral", que se relaciona à necessidade de controle da metrópole sobre aqueles que aqui viviam. Entretanto, havia contradições, como a originalidade de muitas dessas ideias, que anteciparam questões que só mais tarde seriam tratadas ou pela abordagem de certos temas de maneira pouco comum para a época. Essas ideias refletem também as contradições da colonização,

manifestando relação de acordo ou confronto com os interesses coloniais. Para se compreender as relações entre Psicologia e Educação no Brasil, é importante considerar as ideias produzidas nesse momento histórico, pois elas mostram as mais antigas raízes dessas relações.

Saberes psicológicos e Educação no século XIX

As mais importantes fontes para a produção de saberes psicológicos no século XIX foram as instituições de ensino superior, secundário e normal e algumas instituições de caráter médico, criadas a partir vinda da Corte portuguesa para o Brasil.

Particularmente relevantes foram as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro (fundadas como cadeiras em 1808, passaram à condição de faculdade em 1832) em que, em muitas teses defendidas por seus formandos, foram tratados assuntos educacionais relacionados ao fenômeno psicológico, com prescrições para as escolas. Os títulos de muitas dessas teses são indicativos da maneira como o assunto era tratado, como mostram esses exemplos: *Dissertação sobre a Educação Física e Moral* (1843), de Joaquim Antonio da Rocha; *Proposições a respeito da Inteligência* (1843); *Da Educação Física, Intelectual e Moral da mocidade do Rio de Janeiro e sua influência sobre a saúde* (1874), de Amaro Ferreira das Neves Aronde; *Da instrução ao vagabundo, ao enjeitado, ao filho do proletário e ao jovem delinquente: meios de fazê-la efetiva* (1874), de Carlos Arthur Busch Varella; a estas somam-se algumas teses intituladas *Higiene Escolar*. Essas teses demonstram as ideias médicas da época, legitimadas por seu estatuto de ciência, que deveria explicar a conduta e estabelecer normas para ela. A escola, nesse contexto, constituiu-se em objeto de *saneamento físico e moral*, com base em projetos higienistas, com foco na *formação moral*, visando à normalização do comportamento dos alunos, pela ação repressiva às condutas tidas como perniciosas.

Mais diretamente ligadas à Educação, as escolas normais, criadas no Brasil a partir da década de 1830, ainda que bastante incipientes, foram instituições que trouxeram, pela preocupação com a metodologia de ensino, contribuições para o conhecimento sobre a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. Em meados desse século, começaram a ser mais explícitas as ideias que

relacionavam saberes psicológicos e Educação. No final do século, contudo, as ideias então produzidas no âmbito das escolas normais já se aproximavam mais daquilo que posteriormente seria denominado de Psicologia Educacional.

Na última década do século XIX, já apareceram disciplinas com a denominação Psicologia. Em 1892, um projeto de lei, de Paulo Egídio, propunha ao Congresso Legislativo da Província de São Paulo, a cadeira de Psicologia e Pedagogia para as escolas normais.

Autores como Locke, Rousseau, Pestalozzi, Herbart e Spencer, que trataram da educação e a relacionaram a questões de natureza psicológica, eram estudados no âmbito da Filosofia. Na disciplina Pedagogia, tratava-se da educação das faculdades psíquicas, como a inteligência, as sensações e a vontade; da aprendizagem; do uso de recompensas e castigos, e do desenvolvimento psicológico. Deve-se lembrar que esses temas já eram tratados no Período Colonial e continuaram sendo objetos de preocupação posteriormente.

Ideias próximas ao escolanovismo começaram a ser introduzidas no país, ainda de maneira assistemática. Essa concepção viria a ser uma das mais importantes bases para o estabelecimento das relações entre Psicologia e Educação nas primeiras décadas do século XX.

Com a instalação da corte portuguesa no Brasil, e depois com o governo imperial, muitas transformações ocorreram, levando à criação de instituições que respondessem aos costumes da elite lusitana. Estas se constituíram como bases para a produção de ideias relativas aos saberes psicológicos e à Educação que, nesse momento, eram produzidas principalmente em instituições de ensino.

A educação, embora seletiva e excludente, passava a ser necessária para a crescente urbanização que, entre outras coisas, carecia de mais pessoas alfabetizadas. Entretanto, essa carência permaneceu por muito tempo e faz parte da história da Educação brasileira até recentemente. Essas preocupações demandavam conhecimento psicológico, uma vez que este seria uma das bases para dar sustentação teórica à Pedagogia, principalmente no que dizia respeito à aprendizagem e ao desenvolvimento infantil.

A produção de ideias desse período gerou as condições para que os saberes psicológicos, oriundos principalmente da Europa, fossem incorporados pelo

pensamento educacional brasileiro. É importante que se compreenda também que faz parte desse processo o avanço da Psicologia na Europa e nos Estados Unidos que, paulatinamente, começou a ser trazida para o país por alguns brasileiros que realizavam seus estudos em universidades europeias.

Movimentos pela modernização do Brasil, principalmente sustentados pelos ideais liberais, surgiram no final do século XIX. A Educação ocupava importante função nesse projeto, o que levou a um intenso debate, que integrava a necessidade da Psicologia como fundamento científico para os novos fins e práticas educativas, gerando as condições para que ela conquistasse seu espaço como área específica de conhecimento, o que permite afirmar que, no momento seguinte, já se pode falar propriamente em Psicologia, que vai gradativamente sendo reconhecida como ciência autônoma.

Psicologia e Educação na virada do século: Autonomização (1890-1930)

Nesse momento histórico, muito do que se produziu em Psicologia no Brasil ainda o era no interior de outras áreas de conhecimento. Entretanto, esse período se caracterizou pela gradativa introdução da Psicologia, já considerada como ciência autônoma, oriunda da Europa e dos Estados Unidos, e por seu reconhecimento como área específica de conhecimento.

As décadas iniciais do século XX foram ricas em debates e movimentos. A jovem República, dominada pelo modelo agrário e por seus interesses, tornou-se objeto de questionamento por intelectuais que defendiam a modernização do país pelo ingresso no mundo industrializado. O projeto de uma *nova nação* exigia a formação de um *homem novo*, que pudesse responder às exigências de um *novo modelo produtivo* e de *novas relações de trabalho*, cabendo à Educação essa tarefa, por meio de uma pedagogia também à altura dos novos tempos, o escolanovismo, que se tornou hegemônico no pensamento educacional brasileiro.

Nessa época foram realizadas as Reformas Estaduais de Ensino da década de 1920, baseadas nos pressupostos escolanovistas; houve a mudança e o incremento do ensino nas escolas normais; a publicação de obras etc. Diretamente articulada a essas mudanças, a Psicologia assumiu papel fundamental, constituindo-se numa das principais bases científicas desse projeto.

Algumas realizações ilustram esse processo. Em 1890, foi criado o Pedagogium, um centro de produção de conhecimento e estímulo para a inovação educacional, no qual foi instalado o primeiro laboratório de Psicologia no Brasil, planejado em Paris por Binet, com a colaboração de Manoel Bomfim, que o dirigiu por cerca de quinze anos. Paradoxalmente, Bomfim criticou as pesquisas feitas em laboratório, cujas condições artificiais e limitadas não permitiam a apreensão da complexidade e das múltiplas determinações do psiquismo, pois este teria uma natureza histórico-social, desenvolvendo-se nas relações sociais, pela mediação da linguagem. A obra de Bomfim representa uma concepção de Psicologia e de Psicologia Educacional que não encontrou acolhimento em sua época; embora esquecido por décadas, a análise de sua obra na atualidade demonstra a antecipação de várias formulações que hoje seriam identificadas com a Psicologia Sócio-histórica.

Durante a década de 1920, realizaram-se várias reformas estaduais de ensino, fundamentadas nos princípios da Escola Nova. As escolas normais foram um de seus alicerces, com a função de formar professores para esses projetos educacionais, contando, inclusive, com laboratórios de Psicologia. Alguns pioneiros da Psicologia no Brasil, como Lourenço Filho e Isaías Alves, foram alguns dos responsáveis por essas reformas. A pedagogia escolanovista elegia a Psicologia como um de seus principais fundamentos, a partir de estudos sobre desenvolvimento da criança, aprendizagem, relação professor-aluno, acrescentando-se os testes pedagógicos e psicológicos, considerados como meios para a racionalização da prática educativa. As escolas normais de São Paulo, Fortaleza, Salvador, Recife e Belo Horizonte são exemplares desse processo.

Assim, as escolas normais tornaram-se o campo por excelência para o ensino de Psicologia, permanecendo após a década de 1930 e dando as bases para os futuros cursos de Pedagogia das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), nos quais a Psicologia tornou-se disciplina do ensino superior, como também ocorria nos cursos de Filosofia. Nas escolas normais, havia a cátedra de Pedagogia e Psicologia (mais tarde desmembradas), pela qual a Psicologia se difundiu e desenvolveu.

Eminentes psicólogos educacionais estrangeiros tiveram suas obras traduzidas e vieram ministrar cursos, trazendo o que havia de mais recente na psicologia europeia; dentre eles, pode-se citar Piéron, Walther, Simon e

Claparède. Nas escolas normais também foram produzidas pesquisas, principalmente em seus laboratórios, além da publicação de livros para uso dos alunos, dentre os quais: *Educação da Infancia Anormal de Intelligencia no Brasil* (1913), de Clemente Quaglio; *Noções de Psychologia* (1916) e *Pensar e Dizer: estudo do symbolo no pensamento e na linguagem* (1923), de Manoel Bomfim; *Psychologia* (1926), de Sampaio Dória; *Teste Individual de Intelligencia* (1927), e *Os testes e a reorganização Escolar* (1930), de Isaías Alves.

Ulisses Pernambucano, médico e diretor da Escola Normal Oficial de Pernambuco, criou, em 1925, o Instituto de Psicologia de Pernambuco – mais tarde Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP). Com professoras normalistas, foram realizadas várias pesquisas em psicologia educacional, abordando testes pedagógicos, testes psicológicos e sua padronização para a realidade brasileira e vocabulário de escolares. A primeira escola para crianças com deficiência intelectual foi criada por Pernambucano, que defendia para estas o atendimento no âmbito educacional, e não sua reclusão, como era então comum.

Como parte da Reforma de Ensino de Minas Gerais, foi criada a Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, fonte de significativa produção em Psicologia Educacional, sob a direção de Helena Antipoff. Ela também fundou a Sociedade Pestalozzi no Brasil; criou o trabalho educacional da Fazenda do Rosário, pioneiro na educação de *crianças superdotadas* e educação rural, entre outras ações. Antipoff foi uma profícua e original pesquisadora, destacando-se as investigações que deram base à crítica que fazia, já desde a década de 1930, ao uso e à interpretação dos testes psicológicos, alertando que os fatores socioeconômico-culturais eram também determinantes dos resultados obtidos. Foi autora de muitos trabalhos publicados em periódicos brasileiros de Psicologia e Educação.

Isaías Alves, na Escola Normal de Salvador, também contribuiu para o desenvolvimento da Psicologia Educacional no Brasil, sendo um dos pioneiros na difusão, aplicação, revisão e adaptação de testes psicológicos e um de seus defensores para a organização escolar. Isaías Alves também realizou, a partir de estudos com seus próprios filhos, uma longa pesquisa sobre o desenvolvimento da criança.

A Escola Normal de Fortaleza foi uma das bases para a Reforma do Ensino do Ceará, realizada por Lourenço Filho, com a finalidade de formar educadores conformes aos objetivos da reforma, na qual também foi criado um laboratório de Psicologia, que permitiu a continuação das pesquisas sobre maturidade para leitura e escrita que ele já vinha realizando na Escola Normal de Piracicaba.

Uma importante instituição para o desenvolvimento da Psicologia no Brasil foi a Escola Normal de São Paulo, pelo ensino de Psicologia, pela produção de seu laboratório, pelos cursos ministrados por psicólogos estrangeiros e por ter sido a base para a cátedra de Psicologia Educacional da Seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), da Universidade de São Paulo (USP). Foram catedráticos dessa escola: Sampaio Dória, Lourenço Filho e Noemi Silveira, todos considerados como pioneiros da Psicologia no país. Seu laboratório, criado em 1914, produziu pesquisas sobre grafismo, atenção, tempo de reação, memória, associação de ideias, raciocínio infantil, tipos intelectuais e outras. Mais tarde, esse laboratório foi integrado à cátedra de Psicologia Educacional da FFCL da USP.

As escolas normais foram fundamentais para o desenvolvimento da Psicologia em geral e para a Psicologia Educacional em particular. Muitos pioneiros da Psicologia no Brasil foram ligados à educação, e outros campos de atuação psicológica tiveram sua origem em preocupações educacionais. A atualização teórica, incorporando o que estava sendo produzido na Europa e nos Estados Unidos, o ensino, a produção de obras, a presença de psicólogos estrangeiros, a produção de pesquisas e a formação de profissionais que viriam a fazer parte do primeiro grupo de profissionais que exerceriam atividades propriamente da área de Psicologia podem ser creditadas em grande parte ao desenvolvimento da Psicologia no campo da Educação.

A Psicologia como ciência autônoma teve seu desenvolvimento potencializado pela conjuntura política brasileira, cujas demandas poderiam, pelo menos parcialmente, ser satisfeitas por essa área de saber. Mas, como toda realidade é essencialmente contraditória, a produção psicológica não era homogênea, incluindo propostas que não se alinhavam com o projeto liberal. Bomfim, Pernambucano e Antipoff podem ser considerados como protagonistas de movimentos diferenciados, comprometidos com propostas progressistas e essencialmente democráticas.

Psicologia e Educação no século XX: Consolidação (1830-1962)

A Psicologia, nesse período, consolidou-se no Brasil como área de conhecimento e prática. Ensino, pesquisa, publicações, criação de associações e realização de congressos articulavam-se ao estabelecimento do campo de ação da Psicologia que, da Educação, ampliava-se para a organização do trabalho e a clínica.

O ensino de Psicologia continuou tendo nas escolas normais uma de suas principais bases, dando, mais tarde, origem às cátedras de Psicologia Educacional nos primeiros cursos de Pedagogia, que, por sua vez, constituíram-se como alicerces para os primeiros cursos de Psicologia a partir de 1962.

A cátedra de Psicologia Educacional da Seção de Pedagogia da FFCL da USP teve sua origem na Escola Normal de São Paulo, de lá trazendo o laboratório de Psicologia e sua catedrática, Noemi Silveira. Ainda em São Paulo, destacaram-se, no ensino de Psicologia, o Instituto Sedes Sapientiae, a FFCL São Bento, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) – especialmente por seu Instituto de Psicologia, dirigido por Enzo Azzi – e a PUC de Campinas. No Rio de Janeiro, a Universidade do Brasil teve sua cátedra de Psicologia e de Psicologia Educacional ocupada por Lourenço Filho. Helena Antipoff, em Minas Gerais, foi catedrática na Universidade de Minas Gerais e na Escola de Filosofia de Minas Gerais.

A pesquisa foi outro campo em que a Psicologia Educacional teve significativa produção nesse período, incluindo instituições escolares e institutos de pesquisa educacional, como: Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte; ISOP de Recife; Núcleo de Pesquisas Educacionais da Municipalidade, no Rio de Janeiro; Instituto Nacional de Surdos-mudos; Instituto de Educação de Porto Alegre; Escola Normal da Bahia e Universidade da Bahia e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE), entre outros.

Vários periódicos de Psicologia e de Educação foram criados, tornando-se importantes divulgadores da Psicologia Educacional, além do grande incremento da publicação de livros nessa área.

Nesse período, o estabelecimento de uma prática baseada na Psicologia marcou a consolidação da Psicologia no Brasil, tendo ainda a Educação como seu principal substrato.

Vários serviços de natureza educacional tinham a Psicologia como uma das modalidades de atendimento. Destes, podem ser destacados: Serviço de Psicologia Aplicada do Instituto Pedagógico de São Paulo; Sociedade Pestalozzi; Escola para Anormais, em Recife; Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); Fazenda do Rosário; Departamento Nacional da Criança; Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas (ISOP-FGV), entre outros.

As ações nos campos do trabalho e da clínica tiveram suas origens também em questões ou demandas educacionais. A orientação educacional, sustentada teoricamente pela psicologia, foi uma das bases para o desenvolvimento da Psicologia do Trabalho, assim como muitos psicólogos-educadores participaram do desenvolvimento dessa área. As primeiras iniciativas no campo da Psicologia Clínica também tiveram suas origens em demandas educacionais, particularmente a necessidade de compreensão e intervenção sobre crianças com problemas no processo de escolarização; as Clínicas de Orientação Infantil de São Paulo e do Rio de Janeiro, a Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae e o Abrigo Social de Menores de São Paulo foram instituições pioneiras nesse campo.

Além da Psicologia ensinada como disciplina específica nos cursos normais e de Pedagogia, a Psicologia também comparece como importante sustentáculo teórico para a didática e a metodologia de ensino, fundamentos da prática educativa. Experiências educacionais originais, que contavam com a Psicologia como uma de suas bases teóricas, foram desenvolvidas na Escola Experimental da Lapa, na Escola de Aplicação da USP e nos Ginásios Vocacionais em São Paulo.

É inegável a profunda articulação entre a Psicologia e a Educação nesse período. Pode-se afirmar que o principal fundamento científico da Educação era a Psicologia e, ao mesmo tempo, que o principal campo sobre o qual a Psicologia se desenvolveu foi o educacional. Essa relação não foi, porém, isenta de críticas, muitas das quais só posteriormente formuladas.

Percebe-se que a Pedagogia, ao sustentar-se principalmente na Psicologia, acabou por sofrer um psicologismo, que tendia a reduzir o processo educativo a apenas uma de suas dimensões, perdendo a totalidade que a compunha. Pelos currículos dos cursos Normais e de Pedagogia podia-se ver um claro domínio de disciplinas psicológicas e de fundamentos da Psicologia em disciplinas de caráter pedagógico, o que acarretava uma interpretação limitada e comprometida do processo educacional. Esse foi um dos determinantes da tendência a se atribuir ao aluno a responsabilidade pelos problemas cuja origem estava no processo de escolarização, e não em suas disposições psicológicas, como dificuldades para aprender, problemas emocionais decorrentes das relações familiares, comprometimento intelectual etc. É possível afirmar que o denominado fracasso escolar foi produzido, pelo menos em parte, pela maneira como Psicologia e Educação se articularam e produziram interpretações supostamente científicas, que deram base a ações prejudiciais ao educando e a seu processo de escolarização.

A utilização de testes psicológicos, muitas vezes não adaptados para a realidade da criança brasileira, foi um dos fatores que contribuíram para a rotulação de alunos, diagnosticando-os precariamente como "deficientes" e os enviando para escolas especiais, subvertendo seu propósito original que era o de dar atendimento educacional adequado às necessidades educativas da criança, e transformando-as em espaços de segregação e de negação de uma educação realmente capaz de promover aprendizagem e desenvolvimento.

Havia, no entanto, contradições. Muitos dos trabalhos realizados nesse encontro entre Psicologia e Educação trouxeram contribuições relevantes e comprometidas com o desenvolvimento de uma educação mais igualitária e democrática. Os trabalhos desenvolvidos por Antipoff, Pernambucano e outros partiram de concepções de Educação e de Psicologia que buscavam a construção de uma educação voltada aos interesses da maioria da população, num momento histórico em que a educação era privilégio de uma minoria e sua organização respondia aos interesses da elite.

Nesse período, ocorreram transformações significativas na sociedade brasileira, com a implementação do modelo político-econômico desenvolvimentista. A Psicologia, sobretudo por meio de suas técnicas, contribuiu com o novo modelo, servindo aos interesses dominantes. Por outro lado, trabalhos

realizados pela Psicologia também assumiram compromissos com os interesses populares, embora eles não tenham logrado tornar-se, naquele momento, hegemônicos.

Psicologia e Educação no século XX: Profissionalização (a partir de 1962)

A profissão de psicólogo foi reconhecida em 27 de agosto de 1962, pela lei 4119, que também estabeleceu os cursos de Psicologia e seu currículo mínimo. Foi também formada uma comissão para conceder o registro de psicólogo àqueles que provassem atuação nesse campo. Assim, os primeiros psicólogos registrados eram formados em outros cursos, dentre os quais os de Pedagogia; muitos destes foram também professores dos primeiros cursos de Psicologia.

Menos de dois anos depois, veio o golpe de 1964 e a instauração da ditadura militar. Repressão violenta aos oponentes e uma política de internacionalização da economia, capitaneada pelos Estados Unidos, foram as bases do novo governo, que interferiu em vários setores da sociedade, entre eles a educação. Os acordos MEC-USAID promoveram a Reforma Universitária de 1968 e a lei 4692/1971. A Reforma Universitária ampliou o ensino superior pela privatização; muitos cursos de Psicologia foram criados em instituições privadas, aumentando consideravelmente o número de psicólogos, muitos dos quais com formação precária e com possibilidades restritas de inserção profissional. A educação básica foi organizada em 1º e 2º graus, aligeirando os conteúdos e, neste último, eliminando as disciplinas humanistas e impondo uma profissionalização que nunca se efetivou; a Psicologia foi uma das disciplinas eliminadas do currículo, junto com Sociologia e Filosofia.

Os campos de atuação do psicólogo conformaram-se àquilo que se desenvolvera no período anterior, qual seja: educação, trabalho e clínica; pesquisa e ensino eram atividades em geral relacionadas aos campos de atuação. Se antes a educação constituía-se no principal campo de atuação para a Psicologia, nesse momento a clínica passou a ser a modalidade preferida de atuação para graduandos e jovens psicólogos, seguida do campo da organização do trabalho.

A diminuição do interesse pelo campo educacional somou-se às críticas que, a partir de meados da década de 1970, começaram a ser feitas à relação que se estabelecera entre Psicologia e Educação até então. Havia, de um lado, a crítica de educadores ao psicologismo e, por outro, a crítica de alguns psicólogos à atuação da Psicologia Escolar baseada numa perspectiva clínica, que adotava o modelo médico de interpretação e atuação sobre os fenômenos educacionais.

A Psicologia, muitas vezes tratada de maneira aligeirada e desprovida de profundidade teórica, ou baseada num modelo naturalista de cunho médico, contribuía para uma visão superficial e equivocada do psiquismo no processo educacional, promovendo interpretações que contribuía para a manutenção de uma educação desigual, cujos determinantes eram atribuídos, sobretudo, à criança e à família, tirando do foco interpretativo as relações sociais e pedagógicas que se travavam no interior da escola. Os testes psicológicos, por seu uso e interpretação, tornaram-se um dos principais alvos de crítica, pois contribuíram para a exclusão de grande contingente de crianças dos bancos escolares, sendo a elas atribuída a responsabilidade por esse processo. Os problemas escolares (institucionais) eram tidos como problemas de aprendizagem (individuais), encobrendo os fatores intraescolares que os determinavam.

A Psicologia Escolar, por sua vez, elaborava críticas contundentes à forma de atuação corrente nesse campo. O modelo médico dava base a interpretações patologizantes e a uma atuação terapêutica sustentada no atendimento individual do educando, em vez de uma disposição para uma atuação de caráter pedagógico e coletivo.

O trabalho de Maria Helena Patto foi um marco na crítica à psicologia escolar hegemônica, mostrando que o fracasso escolar não era o resultado das condições intrínsecas à criança, mas produzido pelas e nas relações escolares.

Alguns trabalhos de Psicologia Escolar, no entanto, sustentaram suas ações num modelo educacional, intervindo diretamente no espaço escolar e numa ação conjunta com outros profissionais da escola. Dentre outros, podem ser citados o trabalho do Serviço de Psicologia Escolar da Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo, sob a coordenação de Yvonne Khouri, e o Pró-Leste, desenvolvido por Sérgio Leite, na região de Mogi das Cruzes, em São Paulo.

Esses trabalhos foram fundamentais para a elaboração de novos modelos de atuação do psicólogo escolar, comprometidos com os interesses das classes populares, tendo em vista uma escola democrática e inclusiva, que pudesse garantir a todos o acesso ao conhecimento, por meio de uma aprendizagem efetiva, que produzisse o desenvolvimento integral e pleno de todos os educandos.

A crítica à Psicologia Educacional e Escolar não foi um fator isolado, mas uma das expressões do movimento geral de crítica à Psicologia como ciência e profissão. A busca de concepções e formulações teóricas que dessem conta da complexidade do psiquismo e ao mesmo tempo estivessem enraizadas em nossa realidade e em seus problemas e a busca de modalidades de atuação que se comprometessem com os problemas reais da população brasileira (e latino-americana), sobretudo das classes populares, tornaram-se objetivos comuns a um grupo de psicólogos. Articulando a isso, foram criadas associações como a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), redirecionadas as ações de Conselhos Regionais (e posteriormente também do Conselho Federal de Psicologia) e Sindicatos de Psicólogos, assim como a participação de parte significativa da categoria em vários movimentos sociais pela democratização do país.

Psicologia e Educação na virada do século XX para o século XXI:
ampliação da atuação e compromisso social

Muitas críticas iniciadas em meados da década de 1970 foram se fortalecendo e se consubstanciando em elaborações teóricas baseadas em concepções críticas de homem, sociedade e conhecimento, fundamentando a mudança das práticas tradicionais da Psicologia e gerando condições para a emergência de novas práticas, comprometidas com as necessidades e interesses das classes populares, gestando, assim, novos campos de atuação para o psicólogo.

No campo da Educação podem ser destacadas duas instâncias de transformação, diretamente articuladas uma à outra: a base teórica da Psicologia Educacional e a prática da Psicologia Escolar.

A busca e o desenvolvimento de bases teóricas sólidas em Psicologia, coerentes com concepções de homem e sociedade que se comprometem com a transformação social na direção da satisfação das necessidades e interesses das

maiorias, têm sido marcas significativas de parte da produção de conhecimento na área, o que permite sua gradativa incorporação aos conteúdos presentes na formação de novos psicólogos.

No que diz respeito à prática da Psicologia Escolar, é possível identificar atuações comprometidas com a transformação da Educação, principalmente no âmbito da escola pública. O trabalho coletivo com os demais profissionais da Educação, a socialização de conhecimentos psicológicos de base teórica sólida como condição mediadora da prática educativa, a intervenção no âmbito da prática pedagógica, entre outras formas de atuação, têm constituído aportes relevantes para a Educação e contribuído para a transformação do processo de escolarização nos vários segmentos da educação formal e informal. A amplitude de atuação do psicólogo escolar estende-se para os vários protagonistas do processo educativo, como educandos, educadores, família e comunidade, assim como se estende para todos os segmentos da educação formal, incluindo, entre outros, a educação de jovens e adultos e o ensino superior, hoje acessível a parcelas da população que até então estavam alijadas desse nível de ensino (Marinho-Araujo, 2009). Deve-se dar destaque à atuação da psicologia escolar no rompimento de velhos ciclos de exclusão, como a deficiência, o conflito com a lei, as questões de ordem étnico-racial, entre tantas outras formas de sofrimento social.

Entretanto, como a realidade não é homogênea, concomitante ao desenvolvimento dessa perspectiva, persistem ainda teorias (ou o aligeiramento delas) e práticas baseadas naquilo que tem sido já por algumas décadas criticado.

Há que se reconhecer, por outro lado, que esse movimento foi, e é, heterogêneo, pois há segmentos que tomam a dianteira do processo, outros que respondem mais tardiamente e, claro, outros que resistem. Essa característica, porém, não é exclusividade da Psicologia no Brasil, nem da Psicologia Escolar em especial, mas condição do próprio processo histórico, que nunca é homogêneo nem ocorre em bloco. (Antunes, 2003, p. 167)

Em resumo, pode-se dizer que muitos foram os avanços da Psicologia, da Psicologia Educacional e da Psicologia Escolar. Os estudos e pesquisas na área têm sido potencialmente desenvolvidos, com a incorporação e a construção de teorias sólidas, fundamentadas em concepções que concebem o psiquismo como fenômeno histórico-social, complexo e multideterminado; mais que isso, são formulações teóricas que se baseiam em concepções progressistas de homem e de mundo, condição esta necessária para dar base a uma atuação comprometida com a transformação da realidade educacional na direção de uma educação democrática, igualitária e radicalmente inclusiva.

Considerações finais

Essas análises históricas sobre as relações entre Psicologia e Educação no Brasil são apenas um breve resumo de um conjunto muito mais amplo de pesquisas que têm sido realizadas por pesquisadores de várias regiões do país. Atualmente, é relativamente grande o número de pesquisadores que se dedicam aos estudos sobre a história da Psicologia no Brasil sob diferentes focos e relativos a diferentes períodos históricos; a Educação tem sido um dos campos mais profícuos para a realização de pesquisas nessa perspectiva.

Entretanto, pode-se afirmar que há ainda muito o que se pesquisar sobre as relações entre Psicologia e Educação no Brasil, pois esse breve resumo é apenas uma interpretação possível, necessariamente transformável, que demanda novas incursões sobre esse campo que comporta uma riqueza inestimável a ser identificada e conhecida.

Ainda que se reconheça as limitações deste texto, é possível arriscar alguns pressupostos derivados da análise histórica das relações entre Psicologia e Educação, tais como: a Psicologia tem contribuição a dar à Educação; tem que ser uma Psicologia que forneça uma base teórica para a “compreensão dos processos psicológicos que constituem o sujeito do processo educativo e são necessários para a efetivação da ação pedagógica” (Antunes, 2008, p. 474); é necessário considerar os sujeitos do processo educativo em sua concreticidade, isto é, como sujeitos históricos e sociais; deve ser uma Psicologia que reconheça e se comprometa com todos os protagonistas da Educação: educandos,

educadores, família e comunidade; precisa atuar na perspectiva do trabalho coletivo com outros profissionais da Educação, comprometendo-se com uma atuação mais ampla, como a contribuição na elaboração de projetos político-pedagógicos e na gestão de políticas públicas.

Muitos são os desafios da Educação brasileira, como muitos são os desafios que essa realidade impõe à Psicologia. Essa é a condição para o desenvolvimento da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil.

Referências Bibliográficas

- Antunes, M. A. M. (1991). *O processo de autonomização da Psicologia no Brasil (1890-1930): uma contribuição aos estudos em História da Psicologia*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Antunes, M. A. M. (2004). *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: EDUC e Ed. Unimarco.
- Antunes, M. A. M. (Org.). (2004). *História da psicologia no Brasil: primeiros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ.
- Antunes, M. A. M. (2008, julho/dezembro). Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12(2), 469-475.
- Barbosa, D. R. (2011). *Estudos para uma história da psicologia educacional e escolar no Brasil*. Tese de doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bomfim, M. (1916). *Noções de Psychologia*. Rio de Janeiro: Liv. Escolar.
- Bomfim, M. (1923). *Pensar e Dizer: estudo do symbolo no pensamento e na linguagem*. Rio de Janeiro: Casa Electros.
- Bomfim, M. (1926). *Lições de Pedagogia* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Gebrim, V. S. (2002). *Psicologia e Educação no Brasil: uma história contada pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Goiânia: Ed. UFG.
- Lucien-Mueller, F. (1978). *História da psicologia*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional.
- Marinho-Araujo, C. M. (2009). Psicologia escolar no ensino superior: novos cenários de intervenção e pesquisa. In *Psicologia escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática*. Campinas: Alínea.
- Massimi, M. (1984). *História das idéias psicológicas no Brasil em obras do período colonial*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Massimi, M. (1987). As origens da psicologia brasileira em obras do período colonial. *Cadernos PUC-SP*, 23, 95-117, 1987.
- Massimi, M. (1990). *História da psicologia brasileira*. São Paulo: EPU.
- Meira, M. E. M., & Antunes, M. A. M. (2003). *Psicologia escolar: teorias críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Meira, M. E. M., & Antunes, M. A. M. (2003). *Psicologia escolar: práticas críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Mello S. L. de. (1975). *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática.
- Rosenfeld, A. (2006). *O pensamento psicológico*. São Paulo: Perspectiva.
- Rosin, S. M. (2003). *Das "idéias psicológicas" à Psicologia da Educação: o caso do Paraná*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.